



Constância  
MUNICÍPIO

MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA

---

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**Ata N.º 04/2019**

**Data da Sessão Ordinária**

28 de Junho de 2019

**Início**

20:30 horas

**Termo**

00:48 horas

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezanove, pelas vinte horas e trinta minutos, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município de Constância, Freguesia e Concelho de Constância, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Constância, a qual foi convocada por Edital com o número de registo oitenta e sete, de doze junho de dois mil e dezanove.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal no uso da palavra cumprimentou todos os presentes e informou que o Senhor Deputado Municipal António Mendes (CDU) tinha pedido a suspensão do mandato por seis meses, e que ia ser substituído pelo Senhor Joaquim Santos (CDU), o qual tomou posse.-----

Informou também que nesta sessão a Senhora Ana Margarida Varino (CDU) reassumia o lugar de Deputada Municipal.-----

Nesta sessão compareceram os seguintes Deputados Municipais: António Luís Fernandes Mendes, Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, Carla Alexandra Pereira Silvério, Joaquim José Moura Marques dos Santos, Isabel Maria Farinha Albino da Costa, Rui Manuel Ferreira, Maria do Rosário Costa Martins, Carmen Dolores Gomes da Silva, Pedro José Lopes Pereira, Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira, Ana Margarida de Oliveira Varino, Vanessa Isabel Nascimento Almeida, Luís Manuel Marques Rodrigues, José Manuel Sequeira da Rita e José Manuel Ricardo.-----

Faltaram a esta sessão, os Senhores Deputados Municipais Natércio Francisco Canelhas Candeias (PS), Rogério Paulo de Sousa Palácio (CDU), a Senhora Ana Luísa Cartaxo Manique Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo, todos apresentaram justificação.- A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Sérgio Oliveira, pelo Senhor Vice-Presidente, Jorge Pereira e pelas Senhoras Vereadoras Júlia Amorim e Filipa Montalvo. A Senhora Vereadora Sónia Varino não esteve presente, tendo apresentado a respetiva justificação.-----

Estiveram igualmente presentes para prestarem esclarecimentos, o Professor/Doutor David Justino – Plano Estratégico Educativo e o Doutor José Amaral, Advogado representante da Autarquia – Quinta de D. Maria em Montalvo.-----

Também estiveram presentes para prestar os esclarecimentos técnicos que porventura fossem necessários, a Senhora Marisa Figueiredo, Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira, o Senhor Jorge Heitor, Chefe de Divisão Municipal de Serviços Técnicos e o Senhor Daniel Oliveira, no apoio logístico à Assembleia Municipal, todos funcionários da Autarquia.-----

A Mesa da Assembleia Municipal que assegurou a condução dos trabalhos foi constituída da seguinte forma: - Presidente – António Luís Fernandes Mendes, Primeira Secretária –



Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, Segunda Secretária – Carla Alexandra Pereira Silvério.-----

Verificando-se a existência de quórum o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou aberta a sessão.-----

Em seguida, iniciou os trabalhos com o Período Antes da Ordem do Dia.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que existia a Ata número dois de dois mil e dezanove, de vinte e dois de fevereiro, para análise e aprovação, questionando as bancadas se pretendiam apresentar alguma correção. -----

A bancada da CDU pela voz do Senhor Deputado Municipal Rui Ferreira referiu que só um Deputado da sua bancada tinha recebido a Ata.-----

Assim, por este facto, o Senhor Presidente da Assembleia propôs que a mesma fosse retirada para voltar na próxima Assembleia, o que foi por todos aceite. -----

Seguiu-se a informação do expediente recebido pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal ocorrido no período entre dezoito de abril e vinte e oito de Junho de dois mil e dezanove.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou ao Senhor Presidente da Câmara e aos Senhores Deputados Municipais se pretendiam fazer alguma intervenção neste período Antes da Ordem do Dia.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Ferreira (CDU) para informar que a sua bancada tinha uma declaração para apresentar relativa ao Espaço do Cidadão (*Fica anexada a esta ata, como **Anexo I**, e dela faz parte integrante*). -----

A Senhora Deputada Municipal Isabel Costa (PS) pediu a palavra para referir que a sua intervenção era apenas uma reação à Declaração apresentada pela bancada da CDU, referindo que a bancada do Partido Socialista discordava da posição tomada pela CDU porque, ao contrário do que o Senhor Deputado Municipal Rui Ferreira (CDU) acabava de referir através da Declaração, as instalações onde funcionou o Posto de Turismo eram um local de fácil acesso e central, sendo o melhor local para os serviços prestados pelo Espaço Cidadão, em particular aos munícipes com mobilidade reduzida. Também salientou o facto de finalmente o Concelho de Constância deixar de ser o único município do Distrito que não tinha um Espaço do Cidadão e que passava a ter.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal pediu a palavra para deixar algumas notas relativas à Declaração apresentada pela bancada da CDU, referindo que o facto de Constância não ter um Espaço do Cidadão há mais tempo, contrariamente aos outros doze municípios do Médio Tejo, era em sua opinião, uma questão puramente ideológica de quem



dirigiu a Câmara Municipal. Referiu ainda que a mudança do Posto de Turismo para a antiga Cadeia dava mais visibilidade à zona histórica, obrigando os Turistas a visitarem o Centro Histórico. O processo seria avaliado e se fosse necessário fazer alterações, seriam feitas. Aproveitou a oportunidade para referir a sua estranheza às críticas da bancada da CDU sobre as opções agora tomadas por este executivo, questionando a razão pela qual os executivos anteriores liderados pela CDU, não a tinham implementado na antiga casa (Santos Costa), na Praça Alexandre Herculano, preferindo aliená-la.-----

O Senhor Deputado Municipal Rui Ferreira (CDU) voltou a pedir a palavra para referir que certamente o Senhor Presidente da Câmara Municipal teria documentos que comprovavam ter existido em mandatos da CDU no executivo Municipal, negociações com o governo para a instalação de uma Loja do Cidadão, não um Espaço do Cidadão. O que pretendiam era uma Loja do Cidadão em Constância e um Balcão do Cidadão em Santa Margarida e outro em Montalvo. Relativamente ao atual Posto de Turismo, referiu não ter este um mínimo de condições, tanto de visibilidade como de acesso a pessoas com mobilidade reduzida.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal solicitou novamente a palavra para referir que não tinha sido o Governo Central a impor o que quer que fosse, nem nunca aceitaria isso, tinha sido a Câmara Municipal a tomar a iniciativa, o governo não tinha imposto nada. Quando negociaram o Espaço do Cidadão, o governo tinha perguntado se pretendiam instalar em mais alguma freguesia, não impondo que tivesse que ser em Constância.-----

Relativamente ao Posto de Turismo referiu que não seria a solução final. O edifício iria entrar em obras tornando-o mais digno, mas, sendo sempre uma situação provisória.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Costa (PS) para referir que em relação à pretensão da bancada da CDU-Coligação democrática Unitária que defendia uma Loja do Cidadão em vez de um Espaço do Cidadão, não via nenhum problema em se tentar dar esse passo.-----

Não havendo mais intervenções, passou-se ao período da Ordem do dia.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Secretária Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, para proceder à leitura do Edital que convocou a presente sessão, com a respetiva Ordem de Trabalhos.-----

#### -----ORDEM DO DIA-----

1. Período reservado à intervenção do público;-----
2. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta do Plano Estratégico Educativo do Concelho de Constância 2019-2023 – Para deliberação;-----

3. Análise, discussão e eventual aprovação do Projeto de Regulamento Cartão Sénior Municipal – Conclusão do período de discussão pública – Para deliberação;-----
4. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de Constituição de Direito de Superfície – Quinta D. Maria em Montalvo – Para deliberação;-----
5. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de Alteração dos Estatutos da Associação de Municípios para Estudos e Gestão da Água (AMEGA) – Para deliberação;-----
6. Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta de projeto de Regulamentos de Serviço de Abastecimento Público de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas – Para deliberação;-----
7. Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta da Junta de Freguesia de Constância – Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Para deliberação;-----
8. Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta de Contrato de Comodato – Junta de Freguesia de Montalvo – Para deliberação;-----
9. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de Prestação de Contas Consolidadas referente ao exercício de 2018 – Para deliberação;-----
10. Substituição de dois cidadãos de reconhecida idoneidade a integrar o Conselho Municipal de Segurança – Para deliberação;-----
11. Apreciação de informação escrita apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro – Para conhecimento;-----
12. Outros assuntos de interesse.-----

O Senhor Presidente da Assembleia referiu que, lida a Ordem de Trabalhos, propunha aos Senhores Deputados Municipais fazer algumas alterações à mesma.-----

Assim propôs que se retirasse da ordem de trabalhos o ponto número dez “*substituição de dois cidadãos de reconhecida idoneidade a integrar a Conselho Municipal de Segurança*”, por, segundo o parecer do jurista, o Decreto-Lei 32/2019 de 4 de Março, ter alterado a composição do Conselho Municipal de Segurança, não contemplando os elementos que eram indicados pela Assembleia Municipal, pelo que solicitava autorização para a sua retirada da Ordem de Trabalhos.-----

Pretendia igualmente alterar a redação do ponto número quatro “ *Discussão e eventual aprovação da proposta de constituição de direito de Superfície*”. Propunha que a redação fosse a seguinte:” *Ponto 4 – Análise, discussão e eventual aprovação na proposta de constituição de direito de superfície da Quinta de D. Maria em Montalvo, a isenção do*

pagamento de IMI e IMT pelo período de cinco anos.”-----

De seguida, com as alterações propostas o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a Ordem de Trabalhos a votação, tendo esta sido aprovada por unanimidade.-----

**PONTO 1 - PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou o público presente na sala se pretendiam intervir, pedindo a indicação do nome, localidade e assunto.-----

Inscreveram-se: O Senhor Luís Gonçalves, de Constância, com os seguintes assuntos: - Circulação e Segurança Rodoviária, Toponímia e Higiene Urbana.-----

O Senhor Carlos Lopes, de Montalvo, com os seguintes assuntos: - Condições de funcionamento dos Parques Infantis e acessibilidades a crianças portadoras de deficiência e, Participações do Município em empresa/entidades exteriores.-----

O Senhor Álvaro Alves, de Montalvo, com os seguintes assuntos: - Campo de Futebol Municipal e Jardins de Montalvo.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Luís Gonçalves, tendo o mesmo lido algumas sugestões que trazia num documento escrito (*Fica anexado a esta ata, como **Anexo II**, e dela faz parte integrante*). -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Carlos Lopes, referindo este pretender entregar um documento respeitante aos Parques Infantis para crianças portadoras de deficiência (*Fica anexado a esta ata, como **Anexo III**, e dela faz parte integrante*) e um outro sobre participação do município em empresas/entidades exteriores (*Fica anexado a esta ata, como **Anexo IV**, e dela faz parte integrante*).-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Álvaro Alves, que começou por referir que antes de passar aos pontos que pretendia tratar, pretendia informar que os turistas também andavam de cadeiras de rodas.-----

Em relação ao Estádio Municipal disse que gostaria de colocar algumas questões, não as colocava por pertencer à Direção de uma coletividade que pensava estar a tratar do assunto. Esperava que a Direção dessa coletividade tratasse bem do assunto, para que o Estádio tivesse melhores condições.-----

Em relação aos jardins públicos de Montalvo era quase voltar a bater no mesmo, pelo que gostava de saber em que pé estavam as coisas. Também gostava de saber se era verdade que a candidatura feita para o jardim Dr. Luís Soares, tinha o valor de cento e setenta e nove mil euros, gostaria de saber se esse valor seria para um jardim público ou para o transformar.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões dos munícipes.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder, às questões que os cidadãos colocaram, as quais agradeceu. Relativamente ao Senhor Luís Gonçalves e ao Senhor Carlos Lopes, tinham sido mais sugestões, pelo que pediu ao Senhor Presidente da Assembleia que lhe fizesse chegar os textos apresentados. Quanto à última questão apresentada pelo Senhor Carlos Lopes, sobre a participação do município em associações ou empresas, referiu que a atual maioria não tinha aderido a nenhuma nova empresa. Tudo o que existia vinha de mandatos anteriores, sendo informação pública e constando na prestação de contas do município. Esse quadro estava no site da câmara no separador da prestação de contas.-----

Relativamente às questões que e Senhor Álvaro Alves tinha colocado, em concreto ao Estádio Municipal, pensava tratar-se do sistema de rega. Estava a avançar e seria iniciado dentro em breve. Quanto aos balneários, a Casa do Povo apresentou uma candidatura no âmbito do PRIDE e a Câmara Municipal em colaboração com a Casa do Povo, iriam pedir a prorrogação do prazo para a entrega da documentação necessária. Quanto aos parques infantis, era preciso que todos tivessem consciência dos constrangimentos de várias ordens, em particular os financeiros. Compreendia a preocupação dos pais e estava solidário com eles. Não eram só os parques em Montalvo, eram em todo o Concelho, mas não podia ser irresponsável ao ponto de fazer obras atrás de obras sem ter dinheiro para as pagar.-----

A rede de parques infantis do concelho tinha sido construída ao longo de dez anos, e a história em concreto do parque Infantil Dr. Luís Soares, já tinha “barbas”, passando a explicar para que de uma vez por todas as pessoas percebessem. Assim, a ASAE tinha visitado o Parque no dia nove de julho de dois mil e catorze, tendo levantado um conjunto de questões. Em trinta de novembro de dois mil e quinze, a ASAE voltou a visitar o parque infantil tendo reportado que o mesmo ainda não cumpria com as condições de segurança impostas por lei. Concluiu, dizendo que se alguém tinha prolongado o problema do parque infantil do jardim público Dr. Luís Soares, tinha sido quem tinha tido a responsabilidade de gerir a Câmara no mandato de dois mil e treze/dois mil e dezassete, porque sabiam desde dois mil e catorze que o parque infantil não reunia condições de segurança e nada tinham feito. Relembrou ainda que na Assembleia Municipal de dezoito de dezembro de dois mil e quinze, o anterior Presidente da Assembleia Municipal tinha feito uma intervenção, alertando para as situações gritantes de falta de manutenção não só dos parques infantis, como do Açude de Santa Margarida, do Parque de Lazer da Capareira, entre outros equipamentos do concelho. A vinte e dois de janeiro de dois mil e dezasseis, tinha saído na comunicação social que a Câmara Municipal estava a requalificar o parque infantil Adões Bermudas e o parque infantil Dr. Luís Soares. Na verdade, essa requalificação não

tinha surtido efeito e hoje estavam com este problema. Referiu que por vezes as pessoas não gostavam de falar do passado, mas eram factos, não era o Presidente da Câmara que o dizia. Este executivo estava em funções há cerca de um ano e oito meses, prometeram que iam requalificar o açude de Santa Margarida e estava requalificado; que iriam intervir na ETAR de Montalvo e estava a ser intervencionada; que iriam requalificar o Cine Teatro e estava a ser requalificado; que iriam requalificar o Largo Cabral Moncada e estava requalificado e inaugurado; que iriam instalar o Espaço do Cidadão e estava instalado; que iriam instalar uma cabine de leitura na Praça Alexandre Herculano e estava instalada; que iriam fazer um estacionamento na Portela e estava feito; que iriam arranjar um parque de estacionamento na Rua do Pombal, na Aldeia e estava feito; que iriam reparar o mobiliário urbano e estava quase todo reparado; que iriam reparar o Parque de lazer da Capareira e estava reparado; tinham conseguido colocar o multibanco na Zona Histórica; tinham conseguido pintar o antigo edifício dos Paços do Concelho; conseguiram que se instalassem mais duas empresas na Zona Industrial de Montalvo; colocaram sinalética na Zona Industrial que não existia; tinham levado a efeito um conjunto de atividades culturais, recreativas e desportivas e apoiadas as diversas associações; continuavam a vincar a sua posição sobre uma nova travessia sobre o Tejo; arranjarão o Largo do Cemitério da Portela; Requalificaram o parque desportivo em Malpique; tinha hoje para apresentar uma solução de um privado para a Quinta de D. Maria; tinham aprovado o Regulamento de Apoio ao Investimento; tinham para apresentar nesta Assembleia, o novo Regulamento de Águas e de Saneamento; tinham criado o Regulamento do Cartão Sénior. Tinha feito muito neste espaço de tempo e, deu a garantia que o Jardim Infantil Dr. Luís Soares, assim como a Extensão de Saúde de Montalvo, eram compromissos que assumia. Também a zona ribeirinha iria ser requalificada e estavam a aguardar que fosse dada resposta ao projeto de requalificação do Parque Ambiental de Santa Margarida, num valor aproximado de duzentos e cinquenta mil euros. -----

Relativamente a uma das perguntas que o Senhor Álvaro Alves tinha colocado sobre o jardim Dr. Luís Soares e dos cento e setenta e nove mil euros, respondeu afirmativamente. A candidatura apresentada ao Turismo era nesse montante. Não era só requalificar o Parque Infantil, era também requalificar o sistema de iluminação e criar um parque de auto caravanas.-----

**2. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DO PLANO ESTRATÉGICO EDUCATIVO DO CONCELHO DE CONSTÂNCIA 2019-2023 – PARA DELIBERAÇÃO;-----**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer uma apresentação sobre este ponto da Ordem de trabalhos. O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que o Plano Estratégico Educativo tinha sido enviado para todos os Deputados, era um documento que assinalava os pontos fortes e os pontos fracos daquilo que eram as linhas estratégicas para a educação no Concelho para os próximos anos. Era um documento que tinha sido discutido no Conselho Municipal de Educação e obtido um parecer favorável do mesmo. Tinham contado com a prestigiosa ajuda da equipa do Professor/Doutor David Justino, e ninguém melhor que o Professor/Doutor David Justino para apresentar este documento, passando-lhe a palavra.-----

O Senhor Professor/Doutor David Justino no uso da palavra cumprimentou todos os presentes e iniciou a apresentação do Plano Estratégico Educativo do Concelho.-----

*“Os resultados são o que são, uns anos são melhores, outros piores, há uma coisa que nós sabemos que é a forma como o Agrupamento está organizado, a forma em como atrai alunos por vezes de outros concelhos, acaba por transformar esse Agrupamento num polo de atracção e acima de tudo transforma Constância num ponto de referência de qualidade de ensino, que é o que todos nós desejamos e em especial os Senhores Deputados e o público também e residentes neste concelho escolheram precisamente exercer o seu direito de cidadão nesta terra. Nesse sentido existe um fator que é também muito importante, que para além de haver uma escola de referência, já lidei com três Presidentes e sempre tivemos as melhores relações, Constância foi um dos municípios fundadores da rede excel e sempre consegui ver o município de Constância um parceiro que se empenha no desenvolvimento da educação.-----*

*Excelentes relações sempre com a Direcção do Agrupamento, e espírito de colaboração e cooperação, o que é muito importante porque também devem conhecer outros municípios em que existe uma espécie de separação e um receio que a Câmara queira mandar na escola, ou que a escola queira condicionar, existe uma desconfiança, sendo este caso precisamente ao contrário e penso que não tem só a ver com os executivos, mas tem a ver com esta transição que se conseguiu construir de uma colaboração muito estreita entre o município e o agrupamento de escolas, que é sempre um aspecto muito positivo, porque quando assim é, o nosso trabalho torna-se um pouco mais fácil aparentemente, e isto porque nós entendemos que um Plano destes, tem que ser um Plano construído de baixo para cima, ou seja, tem que ser um Plano construído a partir da vontade das pessoas, dos sonhos, das aspirações que os cidadãos têm relativamente à educação dos seus filhos, netos e acima de tudo das novas gerações. Quando assim é, a ideia de um Plano, não é*

*que nós possamos ter aqui um instrumento a regular tudo e mais alguma coisa, o que nós vamos ter aqui é uma espécie de carta de Marear, em que estabelecemos uma rota, vemos quais são os caminhos possíveis que podemos desenvolver, olhamos um bocadinho para a qualidade do barco que temos, é importante que tenhamos em atenção qual o tipo de recursos que temos, e em função dos recursos e da nossa ambição, traçarmos a rota que nos poderá levar a uma posição de algum desenvolvimento face àquela que tivemos. A situação escolar e educativa do concelho de Constância na minha opinião como observador externo é uma posição vantajosa, mas tem margem de progressão, e tem margem de progressão quer para a escola, quer para o município, quer para a população em geral e é essa margem de progressão que nós pretendemos potenciar, aproveitar a partir de uma concepção que ouvimos os parceiros todos, as escolas, os pais, as colectividades, a câmara, etc., precisamente para que pudéssemos sentir um bocadinho se existe aqui um desígnio comum, propósito comum, e de certa forma o que aparece aqui, o nosso trabalho foi um trabalho que diria quase de cerzideira, pegar em pontas soltas e começar a cerzir de forma a construir ali um tecido que fosse um tecido resistente, e portanto este Plano é acima de tudo uma forma de exprimir uma vontade colectiva, e nessa perspectiva entendo que é o ponto de encontro possível, não é um Plano mirabolante, é um ponto de encontro possível onde os diferentes parceiros se revêm, e por isso estamos aqui sujeitos à apreciação dos senhores deputados, mas acima de tudo que seja algo que possa unir as pessoas e que possamos dizer uns aos outros, vamos admitir que aprovamos, não quero antecipar, mas vamos admitir que se aprova este Plano, e fica a tal carta de marear para os próximos anos, em que podemos discutir muitos aspectos, no fundo divergir saudavelmente e democraticamente, mas há uma parte comum em que nós nos entendemos sobre isto, e é essa parte de bom que aqui está. Que é o que digo como sendo o lugar-comum possível. Nessa perspectiva quando se tem um instrumento destes é mais fácil, quer para o município, quer para a comunidade, quer para a escola, porque sabemos quais as prioridades que desejamos e quando assim é, é mais fácil, quer os professores trabalhem na escola, quer os senhores deputados também perceberem as opções que se fazem, quer a Câmara na forma como executa precisamente esse mesmo plano. Acima de tudo, sabem que a educação é um dos domínios que precisa de algum espírito de compromisso, porque os executivos alteram-se, os autores alteram-se, mas a educação das novas gerações, dos nossos filhos e dos nossos netos essa convinha que não se alterasse muito, ou seja que mantivéssemos aqui um rumo com adaptações que são necessárias. Em que os tempos vão mudando de uma forma muito rápida, nós temos que estar preparados para essa mudança, para nos conseguirmos adaptar e tirar*

*vantagem, mas também não podemos andar só de um lado para o outro.-----*

*O que está neste Plano independentemente de uma rota que tem que ser flexível, o fundamental é sabermos que daqui a quatro ou cinco anos queremos estar. De alguma forma este Plano Estratégico consubstancia esta vontade colectiva que nós tentamos apanhar, tentamos traduzir através dos quadros de sistematização dos objectivos e das metas.-----*

*Julgo que fizemos um trabalho muito estimulante para nós como investigadores, porque o potencial de crescimento, de desenvolvimento humano, esse potencial para Constância é muito razoável, e é muito razoável porque nós temos vivido os spectrum do esvaziamento demográfico, e nós que estamos numa zona de transição, porque se formos mais para interior sabemos qual é a ameaça que cai sobre os concelhos vizinhos, e a ameaça de perderem alunos, pessoas, recursos. Depois existem dois ou três concelhos que se aguentam. O que acontece actualmente face ao que está a acontecer na área metropolitana de Lisboa, que esta periferização de uma parte significativa da população que não tendo capacidade para poder fixar-se no centro da cidade acaba por ser obrigada a procurar a distância cada vez mais para zonas mais afastadas, procurar a sua casa, a existência de uma acessibilidade de transporte começa a ser uma vantagem, e isto quer dizer que eventualmente no futuro, Constância vai ter que competir para atrair casais jovens, outra população que com passes bonificados, com o acesso rápido através da A1, tudo isso as pessoas vão começar a fazer contas e pensar muito seriamente se Constância não é um local possível onde possa morar e ter qualidade de vida e ao mesmo tempo ser acessível ao local de trabalho, porque tem uma localização privilegiada. -----*

*Se virem as projecções demográficas que fizemos ainda são muito modestas, porque nós perspectivamos isto mas não temos dados objectivos que nos permitam dizer que isto vai ser assim, mas é um cenário que está em aberto, isto quer dizer que se nós vamos conseguir em Constância ter o potencial de atracção de casais cada vez mais jovens, eventualmente vamos precisar de ter condições, instalações, etc., e acima de tudo qualidade de oferta para poder atrair esses casais, porque aquele que oferecer melhores condições qualidade dos infantários, qualidade da escola, segurança no espaço urbano, isso pode constituir uma vantagem competitiva. Leva a que este investimento na qualidade da educação pode ser uma vantagem competitiva de Constância relativamente a outros concelhos vizinhos. Quando os recursos são escassos a obrigação da escolaridade é lutar por eles, e portanto acho que este Plano nos dá alguns instrumentos para que possamos ter alguma vantagem sobre eventuais concorrentes.-----*

*A ideia é precisamente fazer da educação, a escola uma vantagem competitiva do*

*município, é este o espírito que nós queremos, ou seja quanto melhor for a escola para os vossos filhos, melhor será para os filhos dos outros que passarão a estar interessados em vir para cá. A escola não só como fator de fixação de população, mas a escola como fator de atracção de novas populações, a filosofia que está subjacente a este plano é precisamente esta, ou seja, onde vamos pôr os ovos para fazermos a melhor omelete.--- Nós ouvimos primeiro, percebermos qual é a lógica, conciliar as diferentes dinâmicas e depois apresentar algo que possa mais facilmente recolher o apoio dos decisores e daquilo que é o apoio da própria comunidade.-----*

*Trabalho há onze anos com o Agrupamento de Escolas de Constância, julgo que tem uma excelente escola mas que nós reconhecemos que pode ser melhor.-----*

*Este Plano Estratégico Educativo é um ponto de encontro, e um ponto de intercepção das várias vontades, das várias interpretações, dos vários sentidos que nós identificamos nas conversas que tivemos com muita gente ao longo de mais de um ano”.-----*

Terminada a apresentação do Plano o Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os Senhores Deputados Municipais se pretendiam fazer alguma intervenção.-- Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Martins (CDU) referindo que o Plano Estratégico era um documento muito extenso e transparecia na sua base, que tinha várias metodologias. O processo de recolha de dados descrito envolvia várias entidades e objeto certamente, de muita reflexão entre os intervenientes. Não era isso que estava em causa mas sim, a complexidade do documento na sua análise, até porque tinha cento e oitenta e sete páginas. Referiu que tinha encontrado várias frases bonitas mas, afinal qual era o papel da escola no documento? Todos sabiam que as crianças passavam a maior parte do tempo na escola, a escola era um espaço que deveria proporcionar ao aluno as condições propicias para aprender de forma segura, confortável, saudável e desenvolver um processo de educação cultural tendo em conta a participação ativa no processo histórico, social, político, económico e até científico, mas deveria envolver os pais e a comunidade. Gostava de saber, porque no documento tinha tido dificuldade, qual o papel da família e dos pais? Estavam descritas as competências da Câmara Municipal no domínio da educação, mas depois a clarificação delas ao longo do documento não era de fácil leitura. A página dezanove do documento referia a análise das dinâmicas educativas do concelho e apontava que Constância tinha uma oferta de ensino com formação limitada, pela reduzida dimensão, e tinha como ameaça a fuga de alunos. Ficava a dúvida se o concelho era pequeno ou se tinha um parque escolar pequeno. Continuou, referindo que gostaria de perceber a fuga de alunos e quais as medidas a implementar para combater essa fuga, assim como, quais as medidas que apresentavam para combater o insucesso

escolar e o absentismo.-----

Na página trinta e oito, encontrava “*promover a frequência do Pré-escolar desde os cinco anos*”, tinha ficado preocupada, porque era o mesmo que dizer que existiam crianças a frequentar o primeiro ciclo que não tinham frequentado o Pré-escolar no nosso concelho! Questionando se já tinham tomado algumas medidas, ou que medidas pensavam tomar.--  
O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Professor/Doutor David Justino para responder às questões apresentadas pela Senhora Deputada Municipal.-----

O Senhor Professor/Doutor David Justino agradeceu as questões colocadas e aproveitou para fazer um esclarecimento prévio. Esclareceu que não podiam existir equívocos quanto à tutela. As escolas não eram tuteladas pelo município no respeitante à parte curricular ou seja, ao que se ensinava e à forma como se ensinava. Estes instrumentos eram da exclusiva responsabilidade da escola e do Ministério da Educação. Se fossem introduzidos dentro de um Plano Municipal esse tipo de conteúdos, levariam com o selo da municipalização. Daí que a maior parte dos termos que estavam transcritos, ou seja, aquilo que tinham feito, foi respeitar o projecto educativo da escola e transferir naquilo que era partilhado, para a parte municipal. Por essa razão não apareciam algumas medidas, porque essas medidas eram da responsabilidade da escola e não do município, este apenas viabilizava ou arranjava soluções ou apoios para concretizar alguns destes objetivos. À escola o que era da escola, ao município o que era do município.-----

Esclareceu igualmente que, uma parte significativa das perguntas que a Senhora Deputada tinha colocado, eram respondidas através do projeto educativo da escola, sendo essa a razão pela qual se chamava plano e não projeto. Um projeto educativo municipal tinha que encaixar com o projeto da escola, salvaguardando os domínios específicos de responsabilidade daquilo que era da escola e do município.-----

Relativamente ao Pré-escolar, aquilo que propunham era uma atenção especial não só aos cinco anos, em que a taxa de cobertura do Pré-Escolar aos cinco anos era praticamente total. A ambição que deveria existir era começar a apostar cada vez mais na recuperação demográfica. Era apostar por exemplo na creche e nos outros anos. A situação não era uma situação de carência e a taxa de cobertura sobre os cinco anos estava até acima daquilo que era a média nacional, sendo necessário aumentar a taxa de cobertura para os anos anteriores.-----

Relativamente ao problema do abandono escolar, o que se entendia por insucesso escolar, era tudo aquilo que não correspondia ao trajeto escolar padrão, ou seja, fazer os doze anos no tempo adequado, sem retenções nem abandono antes de completarem os doze anos

de escolaridade obrigatórios.-----

As taxas de retenção em Constância eram relativamente baixas, não era um problema grave, era um problema que se resolveria lentamente com a atuação da Direção do Agrupamento. Quanto ao abandono escolar, também era reduzido, abaixo da média nacional. Relativamente às fugas e ao facto de alguns alunos irem procurar outras ofertas de ensino fora do concelho, se devia à dimensão do concelho e de não ter possibilidades para oferecer mais do que o curso Científico/ Tecnológico e os alunos que queriam fazer socioeconómicos ou línguas e literaturas, como exemplos, teriam que procurar noutro concelho. Esclareceu que quando relacionou a dimensão do concelho com este fenómeno da fuga, tinha a ver precisamente com o facto de não ter escala suficiente para ter as ofertas todas, sendo isso da responsabilidade exclusiva do Ministério da Educação e da escola. O município apenas podia influenciar ou até pressionar, mas para isso precisava de ter dimensão para o poder fazer.-----

Relativamente ao papel da família e dos pais, disse estar consagrado em normativos. O que se podia fazer era a escola abrir-se mais, indo mais à família, aos encarregados de educação e à comunidade em geral, porque mesmo o cidadão que não tivesse filhos, tinha o direito de saber como é que o ensino se estava a processar na escola da sua comunidade.-----

Quanto ao absentismo, disse não ter esse indicador, aquilo que sabia era que a taxa de absentismo era também relativamente baixa e a escola não tinha problemas disciplinares graves.-----

A Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Martins (CDU) pediu novamente a palavra para agradecer as explicações e referir que quando mencionou as “palavras ou frases bonitas” não tinha a ver com o Plano Educativo da escola, tinha sim a ver, com a sua difícil interpretação.-----

O Senhor Professor/Doutor David Justino referiu que iria fazer chegar aos serviços um Power Point, com a apresentação condensada.-----

O Senhor Deputado Municipal Rui Ferreira (CDU) pediu a palavra para referir que, como disse o Senhor Professor, existiam competências que eram da escola e competências que eram do município. O que pretendia, era apenas tratar do que era do município. Em sua opinião, existiam questões que eram meramente políticas e não ficavam bem, considerando-as uma intrusão, dando para o efeito alguns exemplos como, o facto de o município apresentar como uma criação do emprego, a ação de reduzir o custo dos lotes de terrenos industriais. Os lotes eram a dois euros e cinquenta cêntimos o metro quadrado e o atual executivo tinha decidido alterá-los para um euro. Num Plano Estratégico



Educativo não fazia qualquer sentido. Também disse que gostaria de ver plasmado no Plano, tendo em conta os índices demográficos da nossa região; a reposição do pagamento dos transportes aos alunos oriundos de concelhos limítrofes, a questão de espaços e equipamentos desportivos nos Centros Escolares existentes, os acessos em segurança ao Centro Escolar de Montalvo, a promoção de habitação em Santa Margarida da Coutada assim como, campanhas permanentes de valorização do ensino e da escola. Esta era de facto uma brecha ou uma falha muito grande que o Agrupamento tinha em não fazer passar para o exterior o bom trabalho que fazia. Referiu igualmente que gostaria de ver no Plano, os pareceres do Conselho Municipal de Educação e particularmente, do Conselho Geral do Agrupamento considerando quase uma ofensa que este Plano Educativo viesse ao município, à Assembleia Municipal sem esses pareceres.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Costa (PS) para apresentar uma questão que disse ser transversal mas, como tinha a ver com o eixo um e o eixo cinco, aproveitava a presença do Senhor Professor/Doutor David Justino, para questionar sobre uma preocupação de todos os pais com filhos em idade escolar. Tinha a ver com o futuro e com a rapidez com que apareciam novas profissões e desapareciam algumas agora existentes. Também neste Plano Estratégico, num horizonte de cinco anos, com a rapidez com que as coisas avançavam, com as tecnologias, com a inteligência artificial, com tudo a evoluir tão rapidamente, como é que os investigadores e as pessoas que elaboravam estes planos estratégicos, estudavam estas situações e como é que se preparavam para este futuro que estava tão próximo?.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Professor/Doutor David Justino para responder às questões apresentadas.-----

O Senhor Professor/Doutor David Justino começou por responder ao Senhor Deputado Municipal Rui Ferreira (CDU), referindo que relativamente ao preço dos lotes, nas audições que tiveram com o município, deram sempre muita atenção à política do desenvolvimento do Parque Industrial no sentido de captarem mais empresas, essas empresas trazerem mais famílias e trabalhadores, esses trabalhadores trazerem filhos. Disse não terem inventado os preços dos Lotes de terreno, apenas transmitir aquilo que era uma pretensão da Câmara Municipal. Sobre os transportes para os alunos dos concelhos limítrofes era uma decisão estritamente política, não era técnica e portanto o município adotava o que entendia. Se todos os municípios fizessem o mesmo, a situação tornava-se difícil e deveria haver aqui algum entendimento.-----

Relativamente ao Conselho Municipal de Educação, referiu que este foi ouvido e das entrevistas que tinham feito e estavam transcritas, tinham retirado vários contributos. Não

tinha havido a elaboração de um parecer, porque não competia ao Conselho Geral da escola dar um parecer sobre o Plano Municipal. -----

Quanto á intervenção da Senhora Deputada Municipal Isabel Costa (PS) referiu que a fórmula que tinha para superar essa tormenta, era não estar a pensar no que seria o dia de amanhã, o futuro não existia, o futuro éramos nós em conjunto todos os dias que o fazíamos. Sabia que existiam profissões para surgir, tínhamos era que preparar os nossos filhos e os nossos netos para essas novas profissões. A sua resposta era simples, em vez de andarmos a pensar em tudo o que mudava, era bom que nos agarrássemos àquilo que não mudava, e o que não mudava, era o conhecimento. Se os miúdos dominassem o conhecimento, adaptavam-se mais facilmente a todas as profissões que pudessem surgir no futuro.-----

Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que independentemente de alguns apontamentos técnicos, o que colocava a votação era o documento Plano Estratégico Educativo do Concelho de Constância dois mil e dezanove/dois mil e vinte e três.-----

Posto a votação, o documento foi aprovado por maioria com cinco abstenções; quatro da bancada da CDU e uma da bancada do MIC.-----

### **3. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO CARTÃO SÉNIOR MUNICIPAL – CONCLUSÃO DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA – PARA DELIBERAÇÃO.**-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para apresentar este ponto da Ordem de trabalhos.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou os Senhores Deputados Municipais que o Projeto de Regulamento tinha ido à reunião de Câmara, tinha estado em discussão pública não havendo quaisquer contributos, agora vinha à Assembleia Municipal para aprovação. Este Regulamento visava criar o Cartão Sénior Municipal, através do qual seriam atribuídos um conjunto de benefícios aos nossos seniores, nas condições estabelecidas no referido Regulamento. Tinha sido inspirado no programa social que tinham criado para apoio à aquisição de medicamentos a estratos sociais desfavorecidos. Este Regulamento não era um documento fechado ao município para dar um conjunto de descontos em taxas administrativas ou em Parques Desportivos Municipais aos seniores, também se abria a particulares que pudessem celebrar protocolos com a Câmara Municipal e proporcionarem descontos aos nossos seniores, fossem supermercados, cabeleireiros, massagistas ou outros estabelecimentos comerciais do concelho. Era uma medida social para apoiar os nossos seniores com maiores dificuldades financeiras no concelho.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Martins (CDU) para referir que o preâmbulo começava por referir que, “pensar no envelhecimento era por norma desagradável”. Se pensássemos que cada um de nós começava a envelhecer no dia em que nascia, não deveria ser um processo desagradável, bem pelo contrário, deveríamos encontrar estratégias para o envelhecimento ser apenas uma etapa da vida, tornando as pessoas cada dia mais sábias, mais conhecedoras e deveríamos começar o mais cedo possível a pensar nestas medidas, por forma a darmos anos à vida, mas com qualidade. Era assim que entendia este novo Regulamento e começar com um processo desagradável, deveria ser repensado.-----

O cartão sénior poderia ser uma boa ajuda para manter os cidadãos mais ativos e mais presentes na sociedade, contudo, disse ter algumas dúvidas; logo no processo de candidatura na alínea c), pensava que já não seria preciso a declaração da Junta de Freguesia na qual deveria constar o número de eleitor, data de emissão, local de residência e composição do agregado familiar. Depois, no ponto 2-b), referia que o desconto era de 50% no acesso a espetáculos no cineteatro, pelo que perguntava se estavam previstos alguns espetáculos e se havia alguma atividade já planeada. No ponto c), referia que tinham 25% de desconto nas taxas e licenças administrativas e dizia que se excluía as do Regulamento de Serviço de Abastecimento de Água. Questionando se o serviço de abastecimento de água era uma taxa ou uma tarifa.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Martins (CDU).-----

Relativamente à questão do preâmbulo, o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse ter registado a observação. Quanto à declaração, não era um lapso, ia mesmo ser solicitada para comprovar a residência do sénior. Quanto à questão do Cineteatro Municipal, este estava a ser requalificado e entendiam que depois de requalificado deveriam promover espetáculos. Quanto à questão do pagamento de taxas e licenças, quando se referiam a taxas e licenças eram relacionadas com questões de operações urbanísticas, admitindo que a redação poderia criar algumas dúvidas porque o preço da água era tarifa e excluía-se do Regulamento Sénior, o próprio Regulamento de Águas, Saneamento e Resíduos já previa a existência de um tarifário social e de um tarifário para famílias numerosas, por essa via os estratos sociais desfavorecidos já estavam a ser apoiados, não faria sentido um apoio em duplicado.-----

Não havendo mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria com uma abstenção do MIC.-----



**4. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO NA PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE DA QUINTA DE D. MARIA EM MONTALVO, A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE IMI E IMT PELO PERÍODO DE CINCO ANOS – PARA DELIBERAÇÃO;-----**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a introdução deste ponto.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que o que vinha à Assembleia Municipal era apenas a deliberação da isenção do IMT e do IMI. Explicou em termos gerais a proposta que tinham para a Quinta de D. Maria, fazendo uma breve introdução histórica do processo, lembrando que a quinta de D. Maria tinha sido adquirida pelo município para a colocação do Centro Escolar de Montalvo. Mais tarde, o município tinha entendido deslocar o Centro Escolar para o local onde estava hoje e pensado noutra projeto para aquele espaço “Museu Quintas do Tejo” que não tinha sido implementado, pelas dificuldades que o país tinha atravessado e por não se encontrarem fontes de financiamento que permitissem a recuperação daquele espaço e o que hoje existia, era uma quinta praticamente devoluta quase em ruínas. Tinha aparecido um investidor particular do concelho, o Senhor Eng. Nuno Cristóvão, mostrando interesse em recuperar aquele edifício, pelo que não deveriam perder esta oportunidade, salvaguardando sempre a posição do município nos documentos que iriam ser assinados com o promotor do investimento. Referiu ser Constância um concelho pequeno que deveria acarinhar o investimento privado, com a nota de que neste caso, era um investimento privado que nos deveria deixar a todos duplamente felizes. Por um lado, a perspetiva de recuperar a Quinta de D. Maria, por outro lado, por se tratar de um cidadão do nosso concelho com interesse em investir, que acreditava na sua terra, sendo de louvar esta iniciativa.-----

A nível Jurídico, o Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que quem tinha acompanhado o processo tinha sido o assessor jurídico externo, Dr. José Amaral, em consonância com o Dr. Mikael Dias. A construção do direito de superfície era da competência da Câmara Municipal e o que vinha à Assembleia Municipal era apenas e só a questão da eventual aprovação da isenção do IMI e do IMT por cinco anos. Explicou que a propriedade da Quinta de D. Maria se mantinha na Câmara Municipal, o que se constituía era um direito de superfície por trinta anos, porque o investimento era avultado e ninguém iria investir no espaço degradado, com um horizonte temporal de dez ou vinte anos. O município tinha todo o interesse em ver aquele espaço recuperado não só para o concelho, mas em especial para a freguesia de Montalvo. Aquele espaço recuperado, era uma lufada

de ar fresco para a freguesia e mais um polo de atracção turística para o Concelho. Explicou igualmente que existiam prazos definidos para o promotor levantar a licença de construção até dois mil e vinte e, para ter pelo menos uma parte da obra concluída até dois mil e vinte e quatro.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra às bancadas para alguma questão que pretendessem colocar relativamente à isenção do IMI e IMT, o resto não estava em discussão.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Carmen Silva (MIC) para referir que na página seis do documento, existia um erro relativo a uma data. Feita a correção e no respeitante ao ponto em análise, disse estarmos perante uma ambiguidade, a Câmara não tinha dinheiro para alguns projetos, mas depois, isentava projetos em milhares de euros. O lema era despir a camisa para dar aos outros.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Ferreira (CDU) referindo que por aquilo que tinha percebido, só se votava a isenção de IMI e IMT, no entanto, gostava de saudar o arrojo de quem teve a ideia e a vontade de promover este investimento. Num concelho pequeno como o nosso, todos deveríamos estar satisfeitos com esta vontade, este arrojo e esta ambição de fazer algo na nossa terra.-----

Fez uma pequena resenha histórica dos motivos que tinham levado a Câmara Municipal a adquirir aquele espaço que, segundo afirmou, não era para colocar lá o Centro Escolar, mas sim, uma escola de hotelaria com um museu agrupado. Só posteriormente é que tinha sido colocada a hipótese do Centro Escolar.-----

Prosseguiu, questionando se não era necessário a Assembleia Municipal deliberar sobre o direito de superfície, só para ficar esclarecido. Também em relação ao contrato celebrado, gostaria que nele constasse uma referência ao acervo que se encontrava naquele espaço, chamando a atenção da Câmara Municipal para a sua inventariação, assim como pelo conhecimento que deveria ser dado ao IGESPAR. Alguns materiais tinham vindo da antiga cidade da Escora que tinham que ter conhecimento da entidade à qual ficavam à guarda as peças existentes.-----

Por último disse não perceber como é que uma carta ou um ofício de um interessado, a manifestar o seu interesse, tenha chegado à Câmara Municipal a vinte e oito de fevereiro e só passados quatro meses, estavam a tratar deste assunto quando o interessado tinha que apresentar a candidatura precisamente no dia de hoje. Isto não era acarinhar o investimento, era afastar o investimento.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que, relativamente à questão que a Senhora Deputada Municipal Carmen Silva (MIC), tinha colocado sobre as isenções, ou a Câmara Municipal apoiava os privados isentando-os em determinadas situações perdendo algumas receitas e com isso gerar crescimento económico no concelho e criar emprego fixando população, ou então mantinha-se tudo como estava, cobravam-se os impostos e não se pensava mais em incentivos. Os impostos faziam muita falta ao município mas o mais importante, era o município ter pessoas, ter espaços recuperados e ter empresas que ajudassem a fixar população. Sem estes incentivos aos privados não se conseguiam estes objetivos.-----

Relativamente às questões que o Senhor Deputado Municipal Rui Ferreira (CDU) tinha colocado, disse já ter lido a escritura de compra e venda da Quinta de D. Maria e o que lá estava escrito, era a aquisição da Quinta de D. Maria para o Centro Escolar de Montalvo e outras instalações.-----

Sobre os bens móveis referidos pelo Senhor Deputado Municipal Rui Ferreira (CDU), disse estarem acautelados pelo município e pelo investidor, ou seja, o município não ia entregar a chave da Quinta ao investidor sem qualquer tipo de controlo. Não tinham feito isso com as escolas primárias em Montalvo, e também não o fariam com a Quinta de D. Maria.-----

Quanto a outras afirmações que o Senhor Deputado Municipal Rui Ferreira (CDU) tinha referido, a própria realidade o desmentia. Se este executivo municipal não acarinhasse o investimento privado, não tinham mais empresas a instalarem-se na Zona Industrial. Este processo da Quinta de D. Maria tinha sido um processo de constante diálogo entre a Câmara Municipal e o promotor e, as candidaturas a fundos comunitários tinham sido prorrogadas até setembro, logo, o promotor tinha tempo para por o projeto de pé, apresentar a candidatura a fundos comunitários e resolver a respetiva candidatura. Um assunto desta dimensão não era compatível com o promotor chegar à Câmara Municipal, entregar o ofício e na semana a seguinte ter tudo feito. Estes assuntos exigiam ponderação, avaliação da situação, estudos sobre a forma jurídica em conjunto com o Doutor José Amaral e só depois, a sua implementação. Relativamente ao direito de superfície, de acordo com o parecer do consultor jurídico, era competência da Câmara Municipal e não tinha que vir à Assembleia Municipal uma vez que lhes foi transmitido pelo consultor jurídico que a Câmara Municipal tinha competência para constituir direito de superfície e não seria necessário vir à Assembleia Municipal, uma vez que o valor da avaliação da Quinta de D. Maria não atingia o valor a partir do qual era competência da Assembleia Municipal. Neste contexto, pediu ao Doutor José Amaral para se pronunciar sobre esta questão das competências.-----

O Doutor José Amaral começou por explicar que de acordo com a Lei, no caso de alienações de valor superior a seiscentos mil euros, só a Assembleia Municipal é que poderia deliberar. Valores inferiores, a lei não dizia que a Assembleia não podia deliberar, o que a Lei dizia era, se fossem valores até seiscentos mil euros, a Câmara Municipal podia deliberar. A Câmara tinha deliberado e a Assembleia Municipal ficava com a "bomba atómica" que era, conceder ou não a isenção do IMT, neste caso concreto, cerca de vinte mil euros e, conceder também ou não, a isenção do IMI que era só por cinco anos. A Lei não permitia mais. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Nuno Cristóvão, promotor do projeto para que o pudesse apresentar de forma sintetizada.-----

O Senhor Nuno Cristóvão começou por se apresentar, fazendo uma breve resenha histórica do seu percurso de vida e de como surgiu o interesse por este investimento, em parceria com o seu irmão. Referiu, que só agora tinham surgido as linhas de financiamento promovidas pelo Turismo de Portugal que previam e enquadravam imóveis e ideias desta tipologia. A ideia era a recuperação total da Quinta, desenvolvendo a parte museológica ligada ao Lagar de azeite e agricultura em geral, assim como, a sua ligação à Parada Militar na Grande Guerra. Basicamente, uma loja de produtos típicos, uma adega, um lagar, e um núcleo museológico que privilegiasse o Turismo militar e a preservação dos costumes.----  
Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com um voto contra do MIC.-

#### **5. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA ESTUDO E GESTÃO DA ÁGUA (AMEGA) – PARA DELIBERAÇÃO-----**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer uma introdução sobre este ponto.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que se tratava de uma das associações que o município integrava, a AMEGA desenvolvia a sua atividade no estudo das temáticas relacionadas com as águas e tudo o que lhe estivesse associado. Teve necessidade de adaptar os seus estatutos fazendo algumas alterações, entre elas, a ampliação do seu objeto social, não havendo nada de muito relevante para além de uma pequena alteração legislativa.-----

Não havendo intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

#### **6. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE PROJETO DE REGULAMENTOS DE SERVIÇO DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA E DE**

## **SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS – PARA DELIBERAÇÃO-----**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por esclarecer que, relativamente a este assunto o município tinha iniciado o processo de criação de novos Regulamentos, na Água e no Saneamento. Os Regulamentos existentes já tinham mais de uma década, estavam completamente desatualizados com a legislação existente e com as próprias recomendações da entidade reguladora ERSAR. Este projeto Regulamento já tinha ido a reunião de Câmara, tinha estado em discussão pública e agora vinha à Assembleia Municipal para eventual aprovação.-----

Deu conta que estes Regulamentos não tinham sido criados originalmente pelo município, a ERSAR disponibilizava minutas de Regulamentos que os municípios podiam usar e adaptar consoante a realidade de cada um.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra aos Senhores Deputados Municipais para as questões que entendessem apresentar.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Ferreira (CDU), para apresentar duas questões. A primeira, para dizer que o art.º 56º, sobre uma caução para restabelecimento de mora no pagamento, não concordava, considerando uma discriminação no Regulamento que não podia existir. A segunda, mais complicada, era o facto de ser excluído o escalão dos cinco aos onze metros ou dos seis aos onze, e passar dos cinco aos quinze. Também não concordava com esta alteração.-----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que, quanto à primeira questão colocada, agradecia que o Senhor Deputado Municipal Rui Ferreira (CDU) a clarificasse se possível.-----

O Senhor Deputado Municipal Rui Ferreira (CDU) disse referir-se à página 19, art.º 56º, sobre o restabelecimento da água, alínea b), no momento do restabelecimento do fornecimento na sequência de interrupção decorrente de mora no pagamento e, no caso de consumidores, desde que estes não optassem pela transferência bancária como forma de pagamento dos serviços. E no número um, referir que a entidade gestora podia exigir a prestação de uma caução pela garantia do pagamento.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou o Senhor Deputado Municipal Rui Ferreira (CDU), que no Regulamento anterior, que seria automaticamente revogado, estava uma situação parecida, deixando a garantia de que o novo Regulamento teria aplicação igual para todos. Relativamente à segunda questão, quando o Senhor Deputado Municipal Rui Ferreira (CDU) referiu que as questões deveriam ser analisadas com

seriedade, o Senhor Presidente respondeu que também tinha que analisar com seriedade a questão dos escalões, pois deveria saber que os escalões decorriam da legislação, não era a Câmara Municipal que dizia que o escalão era entre o zero e os cinco, ou entre os dez e os quinze. Os escalões estavam definidos pela legislação em vigor e a Câmara Municipal tinha que dar cumprimento aquilo que existia.-----

Não havendo mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com cinco abstenções; quatro da CDU e uma do MIC.-----

#### **7. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA JUNTA DE FREGUESIA DE CONSTÂNCIA – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – PARA DELIBERAÇÃO-----**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que a Junta de Freguesia de Constância tinha mostrado interesse junto da Câmara Municipal, para a requalificação da rotunda norte, junto à empresa VEDAP, na Rua Moinho de Vento e que, sendo competência da Câmara Municipal uma intervenção daquele espaço, teriam que delegar esta competência na Junta de Freguesia para fazer esta intervenção. O que vinha a esta Assembleia era um contrato interadministrativo, competência da Assembleia Municipal, para a sua eventual aprovação, para que a Junta de Freguesia pudesse requalificar aquele espaço com um projeto que estava a ser desenvolvido para ser implementado.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Ferreira (CDU), referindo que quando viu pela primeira vez o documento pensava que era a rotunda da Estrada Nacional 3. Sobre este assunto, disse não o entender uma vez que se estavam a fazer delegações de competências nas Juntas de Freguesia, de competências da Câmara Municipal e, aos fins de semana, via os trabalhadores da Câmara Municipal a limparem os sanitários que deveriam ser competências das Juntas de freguesia. Ninguém ficava bem neste processo, por essa razão iriam votar contra.-----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que, relativamente à rotunda da Estrada Nacional 3, esta iria ser requalificada. O processo estava atrasado porque as Infraestruturas de Portugal não eram céleres nas respostas às solicitações que recebiam. Esclareceu que a EDP já tinha procedido à retirada do Poste central e colocado outros à volta da rotunda para que se pudessem iniciar os trabalhos durante os próximos tempos. Relativamente à questão da delegação de competências na Junta de Freguesia de Constância, disse não ter presente o acordo de delegação de competências na Junta

de Freguesia de Constância mas, do que tinha em memória, as casas de banho que estavam delegadas à Junta de Freguesia de Constância, eram na Rua Marquês de Pombal e no Cemitério, todas as outras eram da responsabilidade da Câmara Municipal. Esta delegação de competências não era no sentido de responsabilizar a Junta de Freguesia pela manutenção da rotunda. O que se previa era a Junta requalificar a rotunda e finda a requalificação, a manutenção da mesma passaria de novo para a gestão da Câmara Municipal.-----

Não havendo mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria com 4 abstenções da CDU.--

**8. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO DE COMODATO – JUNTA DE FREGUESIA DE MONTALVO – PARA DELIBERAÇÃO**-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por informar que a única escola que estava por atribuir em Montalvo, era a escola Adões Bermudas e que a Junta de Freguesia já tinha manifestado interesse em ficar com aquele espaço. A Junta de Freguesia de Montalvo neste momento tinha um espaço físico muito reduzido para o seu normal funcionamento e, a Câmara Municipal em nada obstava que a escola Adões Bermudas fosse cedida a título de contrato de comodato à Junta de Freguesia de Montalvo.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Ferreira (CDU), referindo que o ponto um da cláusula quarta, dizia; “manter em perfeito estado de asseio e funcionamento o imóvel cedido, suportando os custos com as necessárias reparações”. Questionou se as ditas reparações, as que julgava serem as mais necessárias, o telhado e as janelas, seriam responsabilidade da Junta de Freguesia.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu, dizendo que o espaço era cedido à Junta de Freguesia, pelo que teria de ser a Junta de Freguesia a arranjar e recuperar o edifício.-----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

**9. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2018 – PARA DELIBERAÇÃO**-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto.-----



No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara começou por referir que como todos sabiam, a Câmara Municipal tinha participação em duas entidades; o Centro de Ciência Viva e a Associação Casa Memória de Camões. A legislação obrigava a que as contas do município fossem consolidadas com estas duas Instituições pelo que, vinham aqui as contas consolidadas, com estas duas instituições.-----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

**10. APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO-----**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra aos senhores Deputados para apresentarem as questões que entendessem por pertinentes. -----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Ferreira (CDU), para referir que a Câmara Municipal tinha participado no Plano Integrado de Adaptação às Alterações Climáticas, feito no âmbito da Comunidade Intermunicipal, pelo que, pretendia perceber quais eram as medidas que a Câmara já tinha tomado ou iria tomar, para corresponder às indicações que o Plano traduzia. Gostava também, de ter mais informação sobre; o Projeto pedagógico e animação de campos de férias, se tinha sido feita alguma análise financeira face à eventual concretização da descentralização de competências no domínio da educação e qual o resultado, qual o balanço das festas do concelho e das Pomonas Camonianas assim como, sobre o Campo de Futebol em Montalvo, mais concretamente sobre a candidatura ao IDESP e que obras estavam previstas e, o porquê de se pedir um prolongamento de dois meses para dar uma resposta solicitada.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu ao Senhor Deputado Municipal Rui Ferreira (CDU), começando pela questão do Programa das alterações climáticas aprovado na CIMT, referindo que a Câmara Municipal estava a analisar o documento e nesta fase, ainda não tinham nenhuma medida implementada. Quanto ao projeto de Campo de férias, era um assunto que iria à próxima reunião de Câmara, mas que era feito em articulação com os Quatro Cantos do Cisne. Relativamente à descentralização administrativa na área da educação, o município tinha desenvolvido um trabalho com a Divisão Administrativa e Financeira e com a escola, sobre os valores daquilo que passaria para a Câmara, recursos humanos e requalificações que as escolas necessitavam neste momento. O trabalho tinha sido enviado para o Ministério com os valores obtidos por esse estudo. O Ministério já tinha enviado uma resposta, havendo uma considerável diferença de valores, dado que o Ministério não tinha considerado a requalificação dos edifícios. Era um assunto que estava

para análise se estariam ou não em condições de receber a descentralização administrativa para o ano letivo dois mil e vinte/dois mil e vinte e um. Se porventura não a recebessem, teriam que trazer à Assembleia Municipal de setembro a recusa da assunção desta responsabilidade para o próximo ano letivo. Relativamente às Festas do Concelho e às Pomonas, o balanço que tinham era bastante positivo para ambos. As festas tinham trazido muitas pessoas à Vila e o reporte dado pelas associações tinha sido muito positivo. Quanto ao Campo de Futebol, o valor definido para os balneários eram quinze mil euros e com o pedido de prorrogação do prazo, prendia-se fazer uma alteração ao projeto. Após a receção da aprovação deste valor por parte da Casa do Povo, tinham dado o prazo de dez dias para a entrega do respetivo projeto de arquitetura e de especialidades. O que tinha sido articulado em conjunto com a Casa do Povo tinha sido o pedido a prorrogação deste prazo por dois meses, para elaboração do já referido, novo projeto de arquitetura e especialidades. Disse ter conhecimento de alguns contatos positivos junto do Instituto de Desporto e Juventude e aguardavam uma resposta.-----

A Senhora Deputada Maria do Rosário Martins (CDU) pediu a palavra para solicitar algumas informações; qual o ponto de situação do Programa Abem? Qual o ponto de situação na colaboração constante com a Rede Local de Intervenção e se a intervenção da Câmara agora era diferente? Se o Banco de Voluntariado de Constância já estava em funcionamento, quantos voluntários tinha e em que áreas estavam a intervir? Quando se dizia que tinham feito visitas domiciliárias em conjunto com a GNR por solicitação do Ministério Público, se era uma situação pontual ou recorrente? Se tinham muitas situações destas e se os alvos da intervenção eram situações do foro mental ou se existiam outros motivos? Em termos de monitorização do projeto EPI- Rede de mediadores para o Sucesso Escolar, se era possível clarificar que projeto se tratava, porque o ponto seguinte referia que iria haver colaboração da equipa Multidisciplinar no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, se eram complementares ou coisas diferentes? Por fim, referiu-se às representantes do município a frequentar o curso realizado pela Comissão Nacional no âmbito da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, para saber se tinha sido só a técnica do município ou se os outros comissários também tinham participado nomeadamente os comissários da alargada?-----

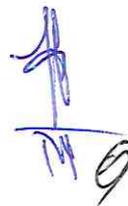
O Senhor Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para referir que, uma vez que se previa prolongar a sessão para além da meia-noite, colocava à consideração dos Senhores Deputados Municipais a autorização para a continuação dos trabalhos. Feita a votação, a Assembleia votou favoravelmente por unanimidade pela continuação dos trabalhos da Assembleia para além das zero horas.-----

O Senhor Deputado Municipal Rui Ferreira (CDU) pediu a palavra para discordar da apreciação positiva feita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a forma como tinham decorrido as festas do concelho. Tinha sido o primeiro ano que não tinha havido música no fogo-de-artifício. Os artistas no Palco Camões não tinham tido tempo nem condições para ensaiar. As Associações tinham sido pressionadas para libertarem os espaços na terça-feira de manhã quando estava a chover, como é que era possível dizer que tudo tinha decorrido bem! Criticou igualmente o aumento de stands de artesanato sem condições e o aumento dos preços por stand, referindo que assim, a pouco e pouco, as pessoas iam deixando de vir. As pessoas estavam habituadas a ir ao Parque de Campismo tomar banho, eram coisas simples, mas que interferiam com a vontade das pessoas em vir ou não. Para irem ao Parque de Campismo tomar banho tiveram que pagar dois euros, para além dos vinte e cinco euros de aumento nos stands de 3x3 e de cem euros nos stands 3x6. Estas medidas não eram atrativas e retiravam artesãos.-----

Quanto às Pomonas questionou se custava muito ter pago a uma empresa de som, que o fizesse com qualidade. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas.-----

No uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário (CDU), referindo que algumas questões colocadas seriam objeto de uma resposta posterior por não ter presentes alguns dados solicitados. Relativamente ao Programa Abem, disse ter vindo a aumentar paulatinamente o número de pessoas que se inscreviam e eram beneficiados e nesta altura, eram cerca de vinte a serem apoiadas. Faria chegar com exatidão esses valores. Quanto à Rede Local de Intervenção, em sua opinião estava a decorrer dentro do que era expectável, sem grandes problemas. Sobre o Banco de Voluntariado também não sabia qual o número de voluntários que estavam a participar, pelo que lhe faria chegar os dados posteriormente. Relativamente à visita domiciliária era um caso pontual, sem grandes preocupações. Quanto à EPIS, era uma equipa multidisciplinar que tinha sido constituída com psicólogos e outro tipo de técnicos superiores para dar apoio ao Agrupamento de Escolas. Era um projeto desenvolvido ao nível da Comunidade Intermunicipal. Quanto à formação que tinha decorrido, não sabia se tinha sido só para a técnica do município ou também para os comissários da alargada, era uma questão que iria clarificar e posteriormente esclarecer. Sobre as questões que o Senhor Deputado Municipal Rui Ferreira (CDU) tinha colocado, começou por dizer que não o surpreenderam pois, já no ano anterior, o Senhor Deputado Municipal Rui Ferreira (CDU) tinha dito que tinham sido as piores Festas de sempre. Já



não era novidade, novidade seria se alguma vez ouvisse uma coisa positiva por parte do Senhor Deputado Municipal Rui Ferreira (CDU).-----

Reconheceu que aconteceram algumas situações que seriam retificadas no futuro, todos erravam porque todos eram humanos, o que não aceitava era a tentativa de politização que alguns tentavam fazer junto das Associações, tentando criar problemas.---Sobre o artesanato, era preciso que as pessoas soubessem que a Câmara Municipal tinha adquirido o serviço de instalação dos stands. Cobrava os valores que cobrava aos artesãos mas mesmo assim, ainda estavam a subsidiar aquele serviço. Tiveram um artesanato diferente, tiveram pessoas que vinham e continuarão a vir e até tinham aumentado o número de stands em comparação com o ano anterior. Por curiosidade, convidou o Senhor Deputado Municipal Rui Ferreira (CDU) a consultar os preços que eram praticados pelos stands em alguns concelhos vizinhos, depois, visse a diferença de preços que Constância tinha em relação a alguns dos nossos vizinhos.-----

Não havendo mais questões, sendo este ponto para conhecimentos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.-----

#### **11. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE.**-----

Pediu a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para informar que estava quase a terminar a requalificação do Açude em Santa Margarida, permitindo após a conclusão dos trabalhos, ser novamente dinamizado e usado na concessão de pesca.-----

Relativamente à Extensão de Saúde de Montalvo, disse já terem recebido o projeto de execução da empreitada e neste momento tinha sido pedido parecer que era obrigatório, à Comissão Nacional de Protecção Civil que aguardavam, para depois levarem a reunião de Câmara para aprovação e lançamento da respetiva empreitada.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim Santos (CDU) para questionar sobre diversos assuntos; o primeiro tinha a ver com Parques Infantis, mais concretamente o Parque do Jardim Dr. Luís Soares, disse conhecer que existia uma candidatura para requalificação daquele espaço e a questão que colocava era, se para além desta candidatura existiam outras para requalificar parques Infantis no concelho ou construção de novos, nomeadamente em Santa Margarida da Coutada. Ainda no Âmbito dos Parques Infantis, questionou sobre as inspeções feitas aos parques, se existia algum plano de inspeções para os mesmos e seus equipamentos e, quanto ao seu estado de conservação, se existia manutenção para todos e algum registo histórico que pudesse ser evidenciado à entidade fiscalizadora que era a ASAE.-----

Um segundo ponto tinha a ver com a limpeza de espaços de prevenção de incêndios, se por um lado tinha ficado satisfeito com a limpeza feita em dois mil e dezoito, neste momento

estava triste e desiludido por ter passado um ano e não terem repetido a ação. Disse ficar à espera que o Senhor Ministro da Administração Interna, Dr. Eduardo Cabrita viesse mais uma vez a Constância. Reconhecia não ser fácil sensibilizar as pessoas, mas o mais grave era não haver sensibilidade por parte do executivo, dando alguns exemplos entre os quais, a Rua do Depósito em Vale de Mestre que como sabiam, tinha de um lado um jardim de ervas secas, do outro, um estaleiro com equipamentos desorganizados que necessitavam de segurança e, um depósito da água com ervas secas em seu redor. Sabia que o depósito não iria arder, mas o que o circundava podia arder, para além do mau aspeto que apresentava. Era apenas um alerta de segurança e estranhava muito que aquele espaço estivesse naquela situação.-----

Outro ponto que referiu foi o acesso ao Centro Escolar de Montalvo, disse ter-se deslocado ao local e não acreditar no que tinha visto. O principal acesso ao Centro Escolar que servia de porta de entrada e de saída a todas as pessoas, em particular às crianças que o fizessem a pé, não ter em sua opinião, um mínimo de condições de segurança. Por fim, referiu que a Bancada da CDU tinha uma Moção para apresentar, que leu.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a Moção a votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade para discussão.-----

Antes da discussão da Moção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas pelos Senhores Deputados Municipais da Bancada da CDU.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder ao Senhor Deputado Municipal Joaquim Santos (CDU), para dizer que lamentava as questões apresentadas sobre os Parques Infantis e, se os mesmos tinham chegado ao ponto que chegaram, tinha sido pelo acumular de degradação ao longo dos últimos anos, não era uma situação desconhecida. A rede de Parques Infantis do Concelho tinha levado dez anos a ser construída e a preocupação do executivo no atual momento era em resolver os problemas nos Parques Infantis que existiam, se a Aldeia de Santa Margarida não tinha nenhum Parque Infantil, para além do que existia na Associação Cultural e Desportiva Aldeense, tinha sido da responsabilidade da gestão da CDU que, inclusive tinha arrancado o Parque Infantil que existia no Açude. Quanto à questão da ação de sensibilização para as limpezas florestais, disse não perceber qual era o problema de virem cá Ministros ou Secretários de Estado, até achava isso uma mais-valia para o Concelho, era sinal que o Governo Central sabia que o Concelho de Constância existia.-----

Quanto à questão que o Senhor Deputado Municipal Joaquim Santos (CDU) tinha apresentado referente à Rua do Depósito em Vale de Mestre, podia ter dito que se referia

ao estaleiro Municipal, precisava de ser limpo e estava planeado ser limpo pela equipa de sapadores durante a próxima semana, no entanto, a maioria daquele terreno que referia e que a Câmara Municipal tinha vedado, não era propriedade da Câmara Municipal, era da Família Themudo Castro. A Câmara Municipal tinha ocupado grande parte daquele espaço sem ser sua propriedade, quando tinha apenas meia dúzia de metros se tanto nas traseiras dos edifícios, todo o restante pertencia à Quinta do Lombão. A Câmara Municipal estava em negociações com os proprietários para a aquisição de uma parte da parcela daquele terreno, não tendo ainda sido possível fazê-lo porque tinham um processo complicado de partilhas. Até o furo, tinha sido feito em terreno da Família Themudo de Castro, no entanto iriam proceder à limpeza. Quanto ao facto do Armazém não estar organizado, era um trabalho que estava a ser desenvolvido pela Divisão Administrativa e Financeira do município e ficaria resolvido nos próximos meses. Relativamente ao Centro Escolar de Montalvo, disse respeitar a opinião e registar a mesma e como última nota, disse estar o executivo aberto a sugestões da CDU na Assembleia Municipal ou no Executivo, onde ir arranjar o dinheiro para tantas críticas sobre limpezas, Parques Infantis, acessibilidades, reparações diversas, etc. Qualquer pessoa percebia que os investimentos tinham que ser planificados e não se conseguia fazer tudo ao mesmo tempo. Os problemas do concelho não começaram há um ano e oito meses, existia um histórico e um arrastar de situações.- Voltou a pedir a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim Santos (CDU), para referir que relativamente ao primeiro ponto, o Senhor Presidente da Câmara Municipal não tinha respondido às questões objetivas que tinha feito. A primeira, se já existia alguma candidatura para requalificar ou construir outro Parque Infantil e, se existiam atualmente planos de inspeção e de manutenção para os existentes?----- Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que existiam planos de manutenção para os parques infantis e eram feitas inspeções periódicas para levantamento das situações. Relativamente às candidaturas do Jardim Público Dr. Luís Soares e do parque infantil, como já tinha explicado noutra ocasião, o que tinha sido apresentado em projeto não tinha sido elegível na totalidade. Como o projeto teria que ser executado na sua totalidade, estavam agora a trabalhar no projeto de requalificação do parque infantil e da parte da iluminação do jardim público em Montalvo, no piso do Adões Bermudas e na substituição do parque infantil junto à escola primária da Portela. Deu a conhecer que só para substituírem os equipamentos e o piso, eram necessários cerca de trinta mil euros mais IVA, valor que para um concelho da dimensão do de Constância, não eram trocos.-- Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Ferreira (CDU) para referir que uma grande parte do que o Senhor Presidente da Câmara Municipal continuava a mencionar já



vinham do anterior mandato; o Açude de Santa Margarida vinha do anterior mandato com financiamento aprovado, Cineteatro vinha do anterior mandato com financiamento aprovado, Cabral Moncada vinha do anterior mandato com financiamento aprovado, estacionamento na Portela vinha do anterior mandato, Zona Ribeirinha vinha do anterior mandato, no Campo de Malpique o que faltava fazer eram as pinturas. Era importante que o Senhor Presidente da Câmara Municipal quando referia estas obras mencionasse o que vinha do anterior mandato e o que tinha deixado de positivo o executivo anterior. Disse não compreender as desculpas de não haver dinheiro para tudo, quando na prática isso não era demonstrado, deixando alguns exemplos; a viagem “À Tua Cara não me é Estranha”, replantação do Pinhal de Leiria, viagens para jogos de futebol, mais um Bibliotecário quando tinham uma Bibliotecária que desempenhava as funções. Quando dizia que não tinha dinheiro, era importante saber onde o gastava, questionando qual tinha sido o retorno da ida ao Hospital Champalimaud. Eram apenas alguns exemplos de como se poderia poupar dinheiro para investir noutros sítios.-----

Relativamente às festas do Concelho, disse terem estado presentes cerca de trinta alunos e professores de uma comitiva do Erasmus e, a Câmara Municipal ter oferecido à escola um vídeo de divulgação e promoção das festas mas, era melhor não oferecerem nada que não tivesse qualidade, se fosse visitante e recebesse uma coisa daquelas nunca mais voltaria.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Carmen Silva (MIC) para solicitar um pedido de esclarecimento sobre duas empresas que se tinham instalado recentemente na Zona Industrial de Montalvo, questionando se tinha entrado algum pedido de licenciamento para obras por alguma delas. Decorriam obras de elevação de um muro que confinava com a Via Pública em uma delas, acima de um metro e meio, ferindo o Regulamento de Urbanização e não via nenhum aviso de licenciamento afixado.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder ao Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) sobre os projetos que disse virem do mandato anterior. Na verdade, a requalificação do Açude, o Cine Teatro e o Cabral Moncada, tinham sido projetos e financiamentos aprovados pelo mandato anterior. Tinham sido negociados no quadro de apoio, no entanto, o Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) não mencionava a herança pesada que tinham deixado, dando como exemplos; os parques infantis degradados, o Açude ao abandono, o Parque de Lazer da Capareira desprezado entre outros, deixando uma pergunta: -“Quantos projetos deixou o Presidente Fernando Morgado

quando perdeu a Câmara Municipal em mil novecentos e oitenta e cinco para a CDU e que a CDU implementou nesse mandato? E quantos irei deixar no dia em que deixar de ser Presidente de Câmara? Tudo isso era normal “. Se os equipamentos precisavam de ser requalificados, não via nada de estranho no processo, o que as pessoas queriam ver era a execução das obras e as obras estavam a ser executadas”.-----

Relativamente à questão da visita ao Hospital Champalimaud, disse ter sido acompanhado por uma pessoa que tinha sido Chefe da Casa Civil do Presidente Aníbal Cavaco Silva e seria de uma enorme deselegância o Senhor ter-lhe ligado convidando-o para visitar o Hospital e responder-lhe que não aceitava. O nome do Concelho não merecia essa deselegância. Relativamente a outras questões que o Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) colocou, respondeu que pelo menos numa coisa não gastaria dinheiro, era em avisos publicitários da Festa do Avante, aí não gastava de certeza, como a CDU tinha feito quando foi poder na Câmara Municipal.-----

Voltou a pedir a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Ferreira (CDU) para dizer que a publicidade da festa do Avante era feita em cerca de quatrocentas mil revistas distribuídas por todo o país, contendo cada uma um pequeno anúncio sobre iniciativas do concelho. Ao contrário da promoção que tinha sido feita das Pomonas Camonianas que tinha sido uma vergonha, quis um programa e teve de tirar uma fotocópia no Posto de Turismo, nem um programa de bolso havia, nem um anúncio num jornal Regional tinha havido.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal voltou a responder para reafirmar que enquanto fosse Presidente, nunca autorizaria anúncios publicitários nas revistas do Avante, Partido Socialista, PSD ou outra qualquer força política/partidária, porque não era essa a função de uma Autarquia.-----

Quanto à questão apresentada pela Senhora Deputada Municipal Carmen Silva (MIC), informou que não estava em condições para responder de momento e faria chegar o esclarecimento por escrito, porque os processos eram muitos e não tinha de memória se tinha entrado algum projeto na Câmara Municipal.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Costa (PS) para fazer referência a uma notícia vinda a público na comunicação social sobre o rating municipal português, elaborado pela ordem dos economistas que comparava os dados do ano de dois mil e dezasseis com o ano de dois mil e dezoito. Nesta avaliação dos municípios, tinham sido ponderados vinte e cinco indicadores, divididos por quatro avaliações; governação, sustentabilidade financeira, desenvolvimento económico e social e o serviço prestado aos cidadãos. Era com agrado que via que, dos dados de dois mil e dezasseis para os dados de dois mil e dezoito, Constância tinha subido do índice cento e cinquenta e oito, para o

índice duzentos e cinco, tendo passado da oitava posição para a sexta posição. -----  
Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a Moção apresentada pela  
CDU a discussão, não havendo intervenções.-----  
Colocada a Moção a votação, esta foi aprovada por unanimidade (*Fica a constituir **Anexo***  
***V** desta Ata e dela faz parte integrante*).-----  
Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pediu à  
Senhora Primeira Secretária que fizesse a leitura da minuta da Ata, que em seguida  
colocou à votação.-----

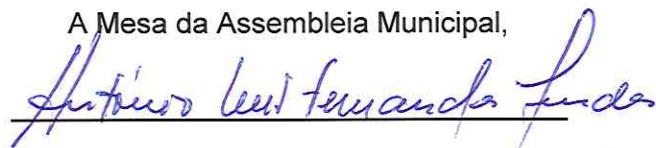
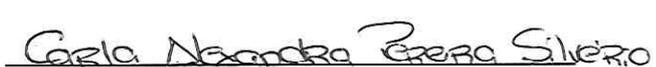
-----**APROVAÇÃO EM MINUTA**-----

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco  
barra dois mil e treze, de doze de Setembro, a Assembleia deliberou, por unanimidade,  
aprovar a presente Ata em minuta, para que as deliberações nelas constantes possam  
produzir efeitos imediatos.-----

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO**-----

E não havendo mais nada a tratar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou  
encerrada a sessão, eram zero horas e quarenta e oito minutos. A presente Ata foi redigida,  
na sua versão inicial, pelos Secretários da Assembleia Municipal.-----  
Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata a qual irá ser assinada pela Mesa  
da Assembleia Municipal. -----

A Mesa da Assembleia Municipal,

  
ANTÓNIO LUIS FERNANDES FURTAO  
  
MARIA TEREZA BRAZ DE AZEVEDO  
  
CARLA NAZARETH PEREIRA SILVEIRA

## Anexo I

### Declaração apresentada pela Bancada da CDU relativa ao Espaço do Cidadão

#### “Declaração

No passado dia 21 de Junho foi inaugurado pela Câmara Municipal o Espaço do Cidadão no edifício onde estava instalado o Posto de Turismo.

Afirmou o senhor Presidente da Câmara, e com toda a razão, *que o Espaço do Cidadão representa um novo capítulo na história do Concelho*. Relativamente a esta afirmação apenas poderemos concordar pelo facto objectivo de que o Turismo de Constância foi deliberadamente “aprisionado” nas instalações da antiga Cadeia.

Ao enviar o Posto de Turismo para um local sem quaisquer condições de trabalho ou de recepção a visitantes, onde as acessibilidades são difíceis e mesmo inexistentes para pessoas com dificuldade na mobilidade, foi dada uma violenta machadada no sector que mais distingue Constância no contexto Regional e Nacional, confirmando uma vez mais, a improvisação e a falta de estratégia que impera na actual gestão municipal.

O facto de ainda há poucos meses ter sido instalada uma caixa multibanco no edifício que servia no Posto de Turismo, essencialmente para servir os visitantes, que agora fica encerrado aos fins de semana e feriados é bem demonstrativo da falta de planeamento atrás referida.

A CDU, sempre esteve empenhada, e para isso manteve negociações com o Governo Central, na criação de uma Loja de Cidadão na sede de Concelho, que congregasse todos os serviços, e Balcões de Cidadão nas Freguesias de Santa Margarida e Montalvo, isso sim seria um contributo importante para a fixação de população em todo o concelho conforme referiu também o senhor Presidente.

A opção de criar um Espaço de Cidadão na sede do Concelho, com opções limitadas de serviços aos cidadãos, duplicando em muitos casos ofertas já existentes na Repartição de Finanças, Registo Civil e Segurança Social entre outros, a Câmara Municipal, além de duplicar custos para o erário público está a dar um contributo para a diminuição da sustentabilidade desses mesmos serviços.



Esta decisão municipal coloca ainda o Concelho de Constância ao nível das pequenas freguesias do país, sem qualquer ofensa para essas freguesias, e isto é bem demonstrativo da falta de ambição ou a pequenez, mesmo dizendo, que impera no executivo.

Para terminar a CDU espera que esta não tenha sido uma decisão tomada em função dos objectivos do Partido Socialista no Governo em prejuízo do Concelho, e solicita ainda a todos quantos compõem a maioria socialista no município que reflecta profundamente qual o futuro que quer para a sua população porque, quanto a nós, decisões como a agora tomada é o caminho certo para que daqui a alguns anos alguém entenda que não faz sentido a existência do Concelho de Constância.

Os eleitos da CDU

Constância, 28 de Junho de 2019 “

## Anexo II

### Intervenção do Senhor Luís Gonçalves, no período reservado à intervenção do público

“ É de 3.5 o fator multiplicativo da oferta de camas e alojamento turístico legalizado no Núcleo Histórico de Constância (margem dos rios até à EN 3), nos últimos 25 anos. Não conto com o Parque de Campismo.

A dinâmica actual da recuperação de casas augura boas perspectivas de crescimento da população itinerante (turistas e titulares de habitação).

Com a previsível entrada em funcionamento do Hotel passa a haver um potencial de 170 turistas em simultâneo utilizando muitos deles o meio de transporte individual para a sua deslocação nos arredores.

Este cenário eleva o optimismo mas também deve elevar o nível de preocupação dos gestores políticos na adaptação global de Constância à realidade, garantindo a satisfação dos visitantes e dos visitados.

Permita-me apresentar as seguintes sugestões e colocar algumas questões:

#### a) CIRCULAÇÃO E SEGURANÇA RODOVIÁRIA

- 1 – Mudar a passadeira para peões na EN3 para a frente dos Bombeiros e Farmácia.
- 2 – Colocar lombas perto e passadeira frente ao Espaço do Cidadão.
- 3 – Nos períodos sem trânsito ou trânsito condicionado na Avenida e da Praça, usar a Rua Francisco Costa Falcão só para descer e a ladeira da Arrochela só para subir.

#### b) TOPONÍMIA

- 4 – Nos últimos 3 ou 4 anos, mais de 10 veículos “pesados” entraram por engano na Praça em direcção ao Tejo passando por difíceis experiências em dar a volta. Procuravam a CAIMA. Achei estranho e há dias procurei informação. Na mesma Freguesia de Constância há a Rua do Tejo, junto à Praça, Código Postal 058 e a Rua do Tejo, junto à CAIMA, Código Postal 070. Induz em erro, porque ninguém vai supor que numa Freguesia haja 2 ruas com a mesma designação. Sugiro que naquela localidade se mude o nome para Rua da Fábrica.

#### c) PAISAGEM

5 – A paisagem do Tejo e do Zêzere é deslumbrante, mas têm um pequeno irritante: o PÓLEN dos choupos e plátanos que dá beleza a caminhos e estabelecimentos, entra nos olhos. Dizem que o problema se pode resolver antecipando a poda para perto da floração ou substituí-los por outras espécies masculinas.

d) HIGIENE URBANA

6 – Com o aumento de AL´s propriedade plena, é comum ver-se os seus ocupantes (turistas) depositarem sacos de lixo em locais inapropriados. A Câmara deveria criar dísticos de localização dos ECOPONTOS e a sua afixação nas Unidades de Alojamento Local.

7 – Promover a utilização muito mais frequente e diversificada da estrutura existentes no Espaço Zêzere, não só para lhe dar vida, mas também para dissuadir a permanência de visitantes despídos de urbanidade, civismo e de respeito pelo ambiente.

e) DISTINÇÃO

8 – Atribuir a placa ou medalha de cidadão/ã de Constância a pessoas que não nasceram nem residem no concelho, mas aqui se deslocam diariamente há mais de 25 ou 30 anos e se distinguem pelo serviço prestado ao público, como por exemplo na área da Saúde e do Ensino.

f) ESTACIONAMENTO

9 – Abordo de novo este tema, para saber se a sugestão que fiz há cerca de 2 anos sobre a cobrança de uma taxa simbólica anual aos residentes do Centro histórico pela reserva de espaços exclusivos de estacionamento, a exemplo do que se faz em outras vilas e cidades. Pergunto se a questão mereceu ser estudada, se é viável, porque quem em mim confiou para solicitar esta facilidade, continua a acreditar que a sua voz é ouvida, mas espera uma resposta.

Muito obrigado.

Luís Gonçalves “

### Anexo III

“Transparência da participação do Município de Constância e Entidade do Sector Empresarial local, bem como Associações e Cooperativas.

Sabendo que a Lei 50/2012 de 31 de Agosto, estabelece critérios para a participação direta do Município com estas entidades conforme disposto dos Artigos 56º e 60º, deste diploma, e estabelecendo ainda critérios mais rígidos e restritivos para a participação indireta através das empresas locais, (Artg.38º) porque acarreta ao Município custos diversos, muitos deles periódicos (quotizações) é importante ter uma visão/conhecimento do conjunto dos custos suportados direta ou indiretamente pelo Município nestas participações;

Além dos custos de adesão do Município, importa saber outros custos suportados por este para atividades destas Entidades, concedidas fora do quadro da participação enquanto associadas.

Por uma questão de transparência na gestão de recursos públicos, deve ser dada informação pública que permita aos munícipes/cidadãos, o controlo da atividade do Município nesta matéria pelo que sugeria a V.Exa. e em conformidade com o Artigo 226º da Constituição da República Portuguesa e número 1 e 2 Artg.25º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, o seguinte:

- De acordo com o Artg.56º e 60º da Lei 50/2012 de 31 de Agosto, divulgue uma relação das participações do Município, disponibilizando a data de adesão, custos de adesão, duração da adesão, bem como outros apoios concedidos pelo Município.
- De acordo com o Artg.38º do mesmo diploma, informação das participações indiretas detidas pelas Empresas locais.
- Também de acordo com o Artg.40º, quais os procedimentos e garantias, no que respeita ao equilíbrio das contas com as respetivas empresas uma vez que o Município por vezes tende a financiar.



Montalvo, 28 de Junho de 2019.

Carlos José Pancadares de Sousa Lopes “

#### Anexo IV

“É do conhecimento, que Portugal em Setembro de 1990, ratificou “Convenção sobre os direitos da Criança” inscrita na Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de Novembro de 1989;

- De acordo com a “convenção” no seu Art.º 2.º de “não discriminação” e na “defesa do interesse superior da criança” Art.º 3.º, é a **todas** as crianças reconhecido o direito de repouso, aos tempos livres e a participar em jogos e atividades recreativas próprias da sua idade, devendo os Estados respeitar e promover esses direitos bem como o acesso às condições de igualdade, conforme Art.º 31º da Convenção.

- Assim às crianças com deficiência é assegurado o direito a uma vida plena e decente, garantindo a sua dignidade, autonomia e participação ativa na comunidade.

- Por isso a parte essencial do desenvolvimento da criança passa pelo direito de brincar, para que esse direito se concretizar, deve esta ter condições que permitam o seu bem-estar efetivo, na promoção, construção e adequação de parques infantis/jardins, parques recreativos ou outras infraestruturas de apoio à infância com condições inclusivas de utilização para crianças com deficiência.

Neste contexto, a Câmara Municipal de Constância, tem um papel determinante devendo ser promotora de inclusão e não agente de exclusão, por isso como munícipe e residente neste concelho apelo e solicito a V. Exa. que a Câmara Municipal de Constância, tome em consideração os seguintes fatos;

1 – Proceder a uma avaliação dos parques infantis da sua responsabilidade; (Constância, Montalvo e Santa Margarida da Coutada).

2 – Identificar as condições de funcionamento, acessibilidades e manutenção dos mesmos, bem como equipamentos e acessórios de modo que sejam adaptados a crianças com deficiência. (Balouços com cordas e arreios, Assento MIDI, estacionamento, piso rebaixado eta.).



3 – Uma vez que está em fase de estudo e reestruturação os jardins do concelho e nomeadamente a reabertura dos jardins de Montalvo, seria uma boa iniciativa a aplicação desta medida.

Montalvo, 28 de Junho de 2019

Carlos José Pancadares de Sousa Lopes “



## Anexo V

### Moção apresentada pela Bancada da CDU

“Estrada Militar na Freguesia de Santa Margarida.

Há já vários meses que se encontra condicionada a uma faixa de rodagem a Estrada Militar que faz a ligação entre a EN118 e o Campo Militar de Santa Margarida.

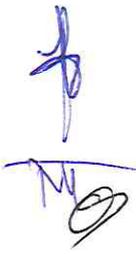
É para todos notório o constrangimento e perigo que implica a redução de uma faixa de circulação para todos os utilizadores da via e muito concretamente a quem se desloca de e para o Campo Militar e toda a população do lugar de Malpique que diariamente utiliza aquela estrada.

Várias têm sido as abordagens feitas por moradores de Malpique junto de eleitos da CDU, e certamente também do PS, para que se interceda junto das entidades responsáveis no sentido da resolução urgente do problema antes da existência de qualquer acidente que poderá ser grave.

Sabendo nós que se trata de uma via pertença e responsabilidade do Ministério da Defesa não pode contudo o Município, e particularmente esta Assembleia Municipal, ficar indiferente ao perigo de falta de segurança que tal situação representa para todos os utilizadores.

Assim a Assembleia Municipal de Constância, reunida a 28 de Junho de 2019, propõe:

- 1 – Solicitar ao Ministério da Defesa Nacional que com a maior urgência regularize, em segurança, a circulação em duas faixas na Estrada Militar que serve o Campo Militar de Santa Margarida e a população do lugar de Malpique.
- 2 – Solicitar que a Câmara Municipal de Constância desenvolva os contactos necessários para que tal situação seja resolvida com a maior urgência.
- 3 – Enviar esta Moção, para conhecimento, ao Senhor Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas e ao Senhor General Comandante do Campo Militar de Santa Margarida.



4 – Enviar ainda para conhecimento ao Senhor Secretário de Estado da Defesa, Comissão Parlamentar da Defesa, Grupos Parlamentares da Assembleia da República e Comunicação Social Regional.

Constância, 28 de Junho de 2019

Os eleitos da CDU”